



# **ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E DIÁLOGO DE PRODUTORES RURAIS FRENTE À MINERAÇÃO: PERCEPÇÕES SOBRE AS COMUNIDADES DE CATALÃO E OUVIDOR NO SUDESTE GOIANO**

**MENDES, Diana Felipe<sup>1</sup>**

**MENDES, Estevane de Paula Pontes<sup>2</sup>**

## **INTRODUÇÃO**

A potencialidade mineral do subsolo brasileiro produz um cenário industrial robusto direcionado à extração de dezenas de minérios utilizados pela indústria, colocando o Brasil entre os cinco maiores produtores de minérios do mundo, de maneira que o setor desempenha um protagonismo na composição econômica do país.

O processo de extração de minérios ocorre invariavelmente a partir da apropriação dos territórios onde estão localizadas as jazidas minerais, resultando em intervenções ambientais e em novos ordenamentos socioeconômicos impostos às comunidades. A despeito de possíveis benefícios econômicos que a implantação de uma empresa do setor mineral pode gerar para uma região, é fato notório que a atividade provoca a desterritorialização de agricultores familiares das zonas rurais localizadas no entorno dos empreendimentos e que dependem exclusivamente do uso da terra e da posse sobre o território para a garantia de sua sobrevivência.

Esse cenário está evidenciado nos municípios de Catalão e Ouvidor, localizados no sudeste do Estado de Goiás, onde desde a década de 1970, empresas transnacionais efetivam a extração de nióbio e fosfato, minérios utilizados na indústria de alta tecnologia e na indústria agropecuária e de produção de alimentos, respectivamente. Nesse contexto, comunidades rurais tradicionais dos dois municípios lidam com os impactos socioambientais da mineração e com a desapropriação de seus territórios, gerando a fragilização identitária das famílias que outrora ali se estabeleceram e construíram suas histórias de vida. Em face às mudanças, os produtores

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFCAT); Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq). E-mail: dianafm12@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora do Instituto de Geografia da UFCAT; Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq). E-mail: estevaneufg@gmail.com

rurais buscam formas de se reproduzirem socialmente no território, conciliando seus interesses de produção aos interesses das empresas, ou a reparação justa quando a permanência no território torna-se inviável.

O estabelecimento de uma comunicação entre os sujeitos é fator determinante na dinâmica do território, pois, a partir das discussões entre as partes, são definidas as negociações que direcionarão o futuro das comunidades. Dessa forma, esse artigo tem por finalidade revisitar brevemente os conceitos de território, identidade territorial e diálogo e como ponto central abordar as estratégias de organização das comunidades rurais e os mecanismos de comunicação assumidos pelos produtores para fazerem frente às grandes empresas.

A análise colabora com o aprofundamento dos conhecimentos e estudos sobre território e identidades rurais transformados pela mineração e sobre a realidade contemporânea dos agricultores familiares que compõem o território minerador do Sudeste Goiano. Espera-se que os resultados apresentados deem luz às comunidades e às empresas mineradoras, incentivando-os a conceberem relacionamentos efetivos e soluções eficazes para os impasses.

## **METODOLOGIA**

Os aspectos metodológicos da pesquisa determinam o rigor científico que caracteriza a produção de conhecimento. Para Lakatos (2003) o método é um conjunto das atividades sistemáticas e racionais que permitem alcançar conhecimento válidos e verdadeiros. (LAKATOS, 2003). A metodologia qualitativa é a escolha dessa pesquisadora, pois adequa-se às pesquisas de ciências sociais, que consideram a consciência do sujeito da pesquisa e sua participação direta nos fenômenos, o que não é possível ser analisado apenas por métodos quantitativos.

O artigo utiliza-se de revisão da literatura e pesquisa documental. A primeira permitirá a familiaridade com o assunto estudado, por meio da leitura de autores clássicos e contemporâneos na conceituação de território, identidade territorial, comunicação e diálogo. Já a pesquisa documental coletará dados secundários da organização socioespacial por meio de órgãos e estudos oficiais, bem como documentos publicados pelos empreendimentos minerários. Também serão levantadas publicações de caráter impresso e digital realizadas pelas comunidades rurais e que demonstram as estratégias de diálogo e relacionamento com a mineração.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A compreensão das relações entre comunidades rurais e empresas mineradoras torna-se possível a partir da conceituação de aspectos geográficos fundamentais, de modo que a categoria território foi priorizada nesse trabalho, por ser aquela que melhor reflete o contexto social e geográfico da região em estudo. Autores como Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Saquet (2004) e Santos (2012) abordam o conceito de território e identidade territorial em diferentes perspectivas, tendo em comum a relação direta entre território e poder, controle e apropriação de espaços pelos indivíduos, denotando termos sociopolíticos que produzem simbologia e identidade. Santos (2012) pondera que “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. [...] O território usado é o chão mais a identidade.” (SANTOS, 2012, p.138).

As comunidades rurais afetadas pelos empreendimentos de mineração em Catalão (GO) e Ouidor (GO) formaram-se no século XVIII e se desenvolveram no início do século XX, com a implantação da rede ferroviária. Ali se estabeleceram famílias que tiveram a terra como sua única fonte de sobrevivência, caracterizando o tripé terra-trabalho-família, constituinte da agricultura familiar. O pertencimento à terra produziu uma organização socioespacial e cultural própria, impactada pelo início das atividades minerárias que promoveram conflitos de interesses sobre a apropriação do território.

A questão que se debate é o fato de que o território tomado pela atividade mineradora ser justamente aquele antes ocupado por dezenas das comunidades rurais de Catalão e Ouidor. Esta pesquisa foca-se em cinco comunidades que tiveram seu sistema territorial altamente transformado pela mineração. As comunidades catalanas de Coqueiro, Macaúba e Mata Preta foram aquelas que abrigaram, juntamente com a comunidade Chapadão, a presença das minas a céu aberto, onde se concentra o cerne da exploração mineral. Essa última comunidade já não é passível de estudos, porquanto tenha sido a primeira a ser afetada, havendo a supressão total da comunidade (FERREIRA, 2012). Enquanto isso, as comunidades ouvidorenses de Coruja e Ouidor dos Cláudios serviram para abrigar as atividades e empreendimentos acessórios à lavra de minérios, como barragens de rejeitos minerais, plantas de beneficiamento e até mesmo florestas de eucalipto utilizados para a geração de energia necessária ao funcionamento das operações.

Destarte, o que se observou foi um processo intenso de desterritorialização das comunidades e reterritorialização pela mineração, que deu ao território uma nova funcionalidade. Para Haesbaert (2004), “a desterritorialização está vinculada ao

desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais” (HAESBAERT, 2004, p. 17). Nesse sentido, perde-se a identificação cultural, de modo que os laços simbólicos e afetivos sobre o lugar deixam de fazer sentido, promovendo o que Haesbaert (2003) chama de “não-lugar”.

A comunidade Macaúba representa o exemplo mais claro da desterritorialização. Ferreira (2012) aos pesquisar sobre a comunidade identificou que 75 famílias tiveram suas propriedades adquiridas por empresas de mineração entre 1970 e 2011. De lá para cá novas aquisições são feitas anualmente na região, trazendo consequências à existência da comunidade.

[...] Essas constatações contribuíram para sublinhar que a mineração impactou diretamente a existência identitária territorial, material e simbólica da população local. Assim, com ênfase na territorialização e expansão da mineração, aprofundaram-se os processos de expropriação de famílias camponesas ou exaustão das condições de permanência na comunidade Coqueiros. Fraturou-se um território constituído pelos camponeses e seu trabalho, visões de mundo, modos de se organizar, usar os bens comuns e se apropriar do espaço (FERREIRA, 2012, p. 100).

Os agricultores familiares que permaneceram à volta dos empreendimentos minerários precisaram estabelecer uma nova organização do trabalho, adotando formas de reprodução social adaptadas à nova relação com a terra e com o ambiente, Considera-se um processo contínuo e dinâmico de (des)territorialização e (re)territorialização do território em estudo.

Junto ao processo de desterritorialização vieram os efeitos socioambientais nas áreas mineradas, já que a atividade envolve principalmente a alteração do solo e subsolo. Também envolve o uso e a qualidade dos recursos hídricos, a geração de particulados, ruídos e vibrações, alterações diversas na fauna e flora, entre outros aspectos que incomodam os indivíduos habitantes do lugar. As questões ambientais que permeiam a mineração são o principal ponto de discussão entre as comunidades e os empreendimentos. Desde a identificação, tratativa e minimização dos impactos, os temas ambientais colocam-se como a pauta principal do relacionamento entre os sujeitos, sendo, também, a motivação para os conflitos sociais.

De acordo com Hilson (2002), a maior parte dos conflitos entre empresas mineradoras e a comunidade vem da falta de comunicação entre ambas. Nessa mesma linha, Lima (2007) reforça que a falta de comunicação e de compreensão entre as empresas de mineração e as comunidades locais é o comportamento mais comum e gera, na grande maioria das vezes, a falta de confiança mútua.

A atual expectativa da sociedade para com as empresas é principalmente resultado de uma intensa mobilização social, fruto de um processo de modernização reflexiva, que se traduz em avanços em termos de legislação, politização dos problemas ambientais e fortalecimento da moral ecológica, influenciando o discurso empresarial e seus processos. Nesse contexto, uma nova postura ambiental e social é exigida, como afirma Santiago (2016), demandando ações inovadoras, induzidas pelas transformações no ambiente das sociedades industrializadas. A partir da mobilização da comunidade e da intensificação das exigências impostas aos empreendimentos industriais, observa-se uma progressiva busca de ambas as partes – comunidade e mineração – pelo diálogo e a construção de relacionamento, seja pelo interesse do empreender em garantir a continuidade de seus negócios, seja pela necessidade das comunidades em reduzir os impactos trazidos pela mineração.

À medida do avanço da sociedade globalizada, pautada pelo domínio por parte de grandes conglomerados de produção, nota-se uma crescente dedicação das empresas ao diálogo institucional, buscando práticas que permitam o relacionamento entre organizações e pessoas, em resposta às novas configurações sociais que exigem uma postura mais ética com os públicos que se relacionam.

A palavra diálogo etimologicamente refere-se ao estabelecimento de relacionamento entre pessoas, fazendo circular sentidos e significados (MARIOTTI, 2004). Autores como Buber (1982), Mariotti (2004), Paulo Freire (1979) e Gadotti (1979) abordam o diálogo como a forma de comunicação humana que visa construir uma relação direta entre as partes, capaz de permitir a lida com os conflitos e os interesses, através do compartilhamento dos significados e das trocas de experiências. O diálogo seria assim uma ferramenta para se conhecer e modificar a realidade e o mundo.

Para Buber (1982), a relação com o outro por meio do diálogo passa inicialmente pelo reconhecimento de si mesmo. Ao enunciar palavras, o homem passa a existir no mundo, imergindo na relação com o outro, através de processo de interação. Assim, segundo o autor o homem é um ser dia-logical e dia-pessoal. Buber (1982) categoriza três diferentes tipos de diálogo, de acordo com suas formas e níveis de interação:

Conheço três espécies de diálogo: o autêntico – não importa se falado ou silencioso – onde cada um dos participantes tem de fato em mente o outro ou os outros na sua presença e no seu modo de ser e a eles se volta com a intenção de estabelecer entre eles e a si próprio uma reciprocidade viva; o diálogo técnico que é movido unicamente pela necessidade de um entendimento objetivo; e o monólogo disfarçado de diálogo, onde dois ou mais homens, reunidos num local, falam, cada um consigo mesmo, por caminhos tortuosos e estranhamente entrelaçados e crêem ter escapado, contudo, ao tormento de ter que contar apenas com os próprios recursos. (BUBER: 1982, p. 53 e 54).

Dois autores que estudam os conceitos de diálogo aplicados à atualidade são Paulo Freire (1979) e Moacir Gaddotti (1979). O primeiro reforça os conceitos de Buber (1982), reafirmando a existência do indivíduo por meio da inter-relação pessoal. Contudo, Freire (1979) questiona a existência genuína do diálogo, considerando que as diferenças entre indivíduos e a hierarquização proveniente das relações de poder não permitiriam um diálogo verdadeiro. Da mesma forma, Gadotti (1979) afirma que: “Porque numa sociedade de classes não há diálogo, há apenas um pseudodiálogo, utopia romântica quando parte do oprimido e artil astuto quando parte do opressor” (GADOTTI, 1979).

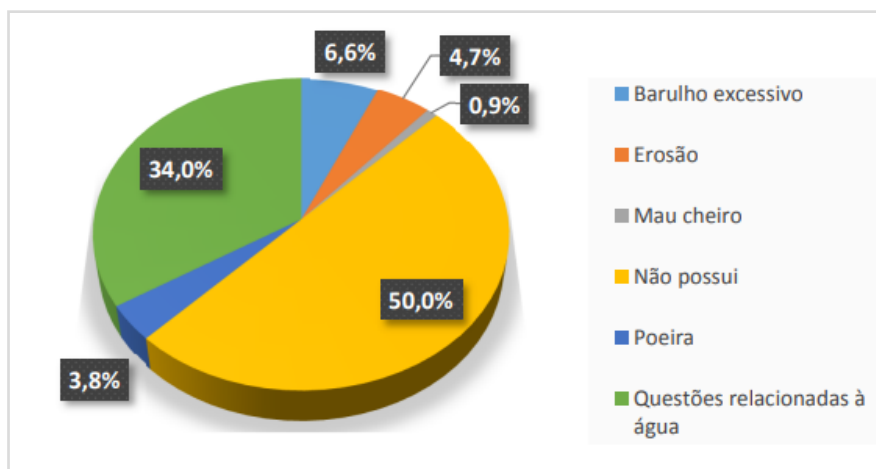
A par das divergências entre os autores sobre o conceito de diálogo e suas possibilidades de existência frente às desigualdades nos papéis sociais, as autoras optam pela utilização do termo para referir-se ao relacionamento, quer seja voluntário ou compulsório, entre os sujeitos da pesquisa, sendo as comunidades rurais dos municípios de Catalão (GO) e Ouidor (GO) e os empreendimentos de mineração estabelecidos na localidade. Esse processo de relacionamento, aqui denominado diálogo, pode se desdobrar de maneira efetiva ou não. A existência do diálogo por si só não garante sua efetividade nas soluções diante dos impactos diversos provocados pela mineração às comunidades rurais. É justamente a análise sobre as formas de comunicação e organização e a efetividade e qualidade do diálogo que se trata este artigo.

Partindo para o conceito de Licença Social para Operar (LSO), Prno e Slocombe (2012) definem a LSO como a “[...] aprovação e a ampla aceitação da sociedade para uma empresa realizar as suas atividades” (PRNO E SLOCOMBE, 2012). Trata-se da parte intangível da relação entre empresa e comunidade, que vai além dos aspectos legais, visto que apenas o atendimento às condicionantes estabelecidas pela legislação, não é suficiente para atender e solucionar as expectativas dos atores sociais. A LSO é, portanto, um conjunto de iniciativas adotadas pelos empreendedores para tratar as pressões sociais, garantindo a continuidade do negócio (FRANKS; COHEN, 2012). Configura-se pela busca por uma legitimação da sociedade, não se tratando de um documento concedido pelos órgãos oficiais e sim de uma legitimação social que reflete a aprovação contínua da comunidade sobre determinado empreendimento.

No que se refere aos temas discutidos com os empreendimentos nota-se dois eixos principais: o primeiro aborda as questões ambientais, com foco nos impactos da indústria mineradora, que afetam o processo produtivo das famílias. Os temas já citados, como a alteração da paisagem, emissão de particulados, qualidade e disponibilidade hídrica, emissão

de ruídos, alterações no solo, mau cheiro, riscos de segurança (SILVA, 2012), dentre outros, compõem a essência das discussões. Para exemplificar, em pesquisa realizada pelo Instituto Alpha (2023) com 100 moradores das comunidades rurais de Coqueiro e Mata Preta, as quais são confrontantes de empreendimentos minerários, nota-se que o principal impacto relatado refere-se à questão hídrica, a qual tem sido amplamente discutida pela comunidade da região, que exige à mineração soluções para a crise hídrica que se apresenta.

**Gráfico 1** - Problemas ambientais relatados pelos moradores em decorrência da atividade mineral no município de Catalão (GO).



**Fonte:** Instituto Alpha, 2023.

Os produtores rurais, ao sentirem tais efeitos, criam formas de contatar as empresas em busca de soluções ambientais ou compensações, como a solicitação de doações de insumos e serviços pela empresa para utilização nas propriedades rurais.

O segundo eixo norteador da comunicação entre os sujeitos é a questão fundiária, com a discussão sobre a venda dos imóveis rurais às empresas ou a desapropriação dos moradores de maneira compulsiva, caso a negociação extrajudicial entre as partes não se suceda. Para melhor compreensão, nota-se que a Constituição Federal de 1988, por meio do Artigo 176, destina à União a propriedade dos recursos minerais, conforme abaixo:

As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra (BRASIL, 1988).

Isso significa que os proprietários de terras, tais quais os pertencentes às comunidades rurais em estudo, possuem propriedade apenas sobre a superficialidade do solo, permitindo que empresas e pessoas físicas requeiram o direito sobre a exploração do subsolo. A legislação

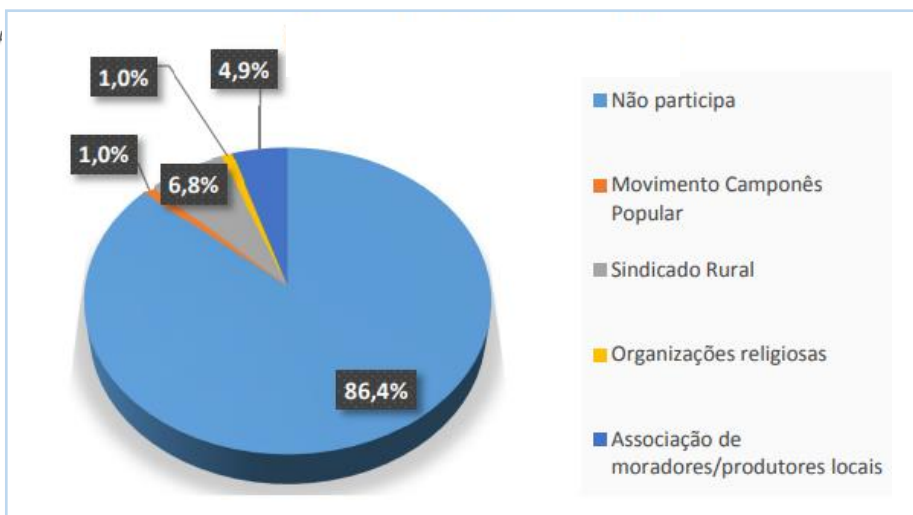
preconiza que o interesse da exploração do subsolo sobrepõe-se ao interesse do superficiário, ou seja do uso do solo. Sob o pretexto formal do “interesse público”, o Brasil cede a empresas nacionais e de capital estrangeiro a concessão à pesquisa e lavra de minérios no país. Com o direito minerário em mãos, as empresas ganham forças para negociarem a compra das terras pertencentes aos superficiários. Não havendo negociação amigável, o dono da concessão de pesquisa e lavra pode acionar juridicamente o superficiário solicitando sua retirada compulsória justificada pela necessidade de exploração mineral que atende aos interesses sociais e econômicos do país. Logo, estabelece-se uma obrigatoriedade do superficiário em entregar suas terras, numa espécie de abandono compulsivo.

Ao se adentrar no campo das estratégias assumidas pelas comunidades para a comunicação com as empresas mineradoras, confirma-se a preferência dos moradores pelo diálogo direto e individual com representantes das empresas que atuam no território, pois acreditam numa maior agilidade nos possíveis retornos e ações com a empresa na mitigação dos impactos. O contato se dá inicialmente por telefone, para o agendamento de uma visita presencial dos empregados à propriedade rural. Por vezes, há dificuldade no contato via telefone e por isso, a procura direta na portaria dos empreendimentos também é uma opção para conseguir os agendamentos.

Conforme demonstra o Gráfico 2, elaborado pelo Instituto Alpha (2023) em sua pesquisa sobre as comunidades Coqueiro e Mata Preta, 86,4% dos moradores das comunidades rurais declaram não participar de organizações sociais formais. Entretanto, ainda que não participem formalmente de organizações sociais formais, é possível notar o sentimento de comunidade, pertencimento e parceria entre os moradores, bem como a presença de grupos informais que compartilham suas demandas. Assim, a atuação coletiva frente às mineradoras é outra estratégia adotada pelos moradores das comunidades rurais. Normalmente, os grupos são fomentados por lideranças naturais das comunidades, que buscam dar visibilidade às causas.

**Gráfico 2** - Participação dos moradores rurais de Coqueiro e Mata Preta em organizações sociais formais.





**Fonte:** Instituto Alpha, 2023.

No processo de organização coletiva estão presentes movimentos sociais ligados às questões agrárias, os quais desempenham papel relevante na condução do diálogo. No caso das comunidades de Catalão (GO) e Ouvidor (GO), destaca-se o Movimento Camponês Popular (MCP), com a participação da comunidade em “ações de protesto, nas ações reivindicatórias, nas ações políticas, nas lutas e atos públicos realizados pelo movimento” (FERREIRA, 2012, p.101). Também faz-se presente a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismo ligado à Igreja Católica que atua na identificação, estatística, mediação e solução de conflitos agrários no Brasil. A atuação da CPT dá aos conflitos locais o reconhecimento em níveis nacionais e internacionais, à medida que a localidade está inclusa nos relatórios oficiais sobre conflitos no campo no Brasil elaborados pela Comissão. De acordo com a CPT (2023) foram registrados oficialmente a existência de três conflitos por terra no ano de 2022, no município de Catalão (GO), dos quais dois localizam-se no território minerador em estudo. Um dos conflitos refere-se às famílias da Comunidade Macaúba e outro às famílias da comunidade Morro Agudo – nomenclatura dada à região mais abrangente da Comunidade Coqueiro.

Os movimentos sociais permitem, portanto, uma maior visibilidade às questões debatidas pelas comunidades frente à atividade mineradora, aumentando a pressão para que as empresas e o Poder Público atuem diante às necessidades das comunidades rurais. Um exemplo foram as ações de protesto realizadas em maio de 2023 por um grupo liderado pelos movimentos sociais, composto também por representantes dos moradores das comunidades rurais, universidade e organismos ligados às questões agrárias, como cooperativas de produtores rurais.



O movimento partiu da reivindicação principal sobre a negociação para aquisição de propriedades rurais pelas mineradoras, exigindo negociações mais transparentes, bem como o fim da judicialização de famílias das comunidades por parte das empresas. À pauta principal somou-se a luta pela mitigação dos impactos ambientais causados pela atividade mineral, além da busca por incentivos aos produtores rurais das comunidades para investirem em suas propriedades e garantirem sua sobrevivência no território.

Em maio de 2023, o grupo manifestou-se na rodovia que dá acesso à mineração, interditando a passagem e exigindo um processo de negociação junto às empresas. A ação jogou luz à luta das comunidades rurais pela garantia de seus direitos, dando oportunidade para que os temas fossem debatidos pelo Poderes Executivo e Legislativo do município de Catalão (GO). O grupo foi recebido em Audiência Pública na Câmara de Vereadores, recebendo apoio dos parlamentares. Como consequência, a mobilização recebeu a atenção dos veículos de imprensa locais e em nível estadual, com ampla cobertura também nas redes sociais, dando força ao debate sobre os impactos da mineração.

**Foto 1** - Grupo formado por atingidos pela mineração em Catalão (GO) e Ouvidor (GO) protestam em rodovia.



**Fonte:** Reprodução Jornal O Popular, maio 2023.

A ação abriu espaço para que o grupo fosse recebido por representantes dos empreendimentos minerários, onde apresentaram uma pauta de reivindicações. Tal exemplo demonstra a relevância da organização coletiva para a abertura de canais de comunicação com os empreendimentos, de forma que o diálogo entre as partes torna-se inevitavelmente a principal estratégia para a busca de soluções aos conflitos, por meio do atendimento às demandas das comunidades rurais.



Em suma, as comunidades rurais impactadas pelas atividades minerais em Catalão (GO) e Ouidor (GO) buscam formas de reivindicarem suas demandas mediante os empreendimentos, utilizando-se de estratégias de diálogo que permitam serem ouvidas pelas grandes corporações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação de atividades de mineração no Sudeste Goiano provocou alterações na dinâmica socioespacial das comunidades rurais estabelecidas no território. Esse processo de des(territorialização) e (re)territorialização gera conflitos entre comunidades e empreendimentos, à medida que os interesses dos produtores rurais em permanecerem no campo e preservarem sua identidade chocam-se aos objetivos de ampliação das atividades industriais de mineração.

A construção de relacionamentos entre as partes, por meio de estratégias de diálogo é fundamental para propiciar soluções parciais ou completas aos conflitos, majoritariamente, ligados aos impactos ambientais atribuídos à produção mineral ou ao interesse das mineradoras na aquisição das propriedades rurais. Os produtores organizam-se individual ou coletivamente para fazerem frente aos empreendimentos, contando com o apoio de movimentos e organizações sociais, que dão visibilidade às causas. Utilizam-se de reuniões com o Poder Público e dos espaços de comunicação digital, como redes sociais, além de reivindicarem e obterem espaços nos canais tradicionais de comunicação como emissoras de rádio e televisão locais.

Embora o diálogo entre as partes não seja completamente efetivo, possuindo muitas lacunas, conclui-se que o estabelecimento de uma relação entre as comunidades rurais e os empreendimentos de mineração torna-se prioritário para que as comunidades lutem por seus direitos e garantam a reprodução social das famílias em seus territórios. Se o diálogo nem sempre resulta na solução do conflito e no atendimento às comunidades, por outro lado, o distanciamento total entre os sujeitos demonstra-se ainda mais ineficaz, pois invisibiliza a luta daqueles que buscam sobreviver em seus territórios mesmo diante da reterritorialização pela mineração.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2020. Disponível em:



[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf).  
Acesso em 10 de outubro 2023.

BUBER, M. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo (SP): Perspectiva; 1982.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NACIONAL. **Conflitos no Campo Brasil 2022**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia, 2023.

FERREIRA, Ana Paula da Silva de Oliveira. **Territórios em conflito: a comunidade Macaúba/Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora** / Ana Paula da Silva de Oliveira Ferreira, 2012.

FRANKS, D. M.; COHEN, T. **Social Licence in Design: Constructive technology assessment within a mineral research and development institution**. Centre for Social Responsibility in Mining, Sustainable Minerals Institute, University of Queensland, Australia. 79 122 Technological Forecasting & Social Change, 2012.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GADOTTI, M., In: FREIRE, P. **Educação e mudança**, Prefácio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HILSON, G. **An overview of land use conflicts in mining communities**. Land Use Policy, vol. 19, pp. 65-73, 2002.

INSTITUTO ALPHA. **Diagnóstico Socioeconômico**. Catalão (GO), 2023.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARIOTTI, H. **Diálogo: um método de reflexão conjunta e observação compartilhada da experiência**. Thot, São Paulo, SP, n. 76, p. 6-22, out. 2001.

PRNO, J.; SLOCOMBE, D. S. **Exploring the origins of 'social license to operate' in the mining sector: Perspectives from governance and sustainability theories**. Journal homepage: [www.elsevier.com/locate/resourpo](http://www.elsevier.com/locate/resourpo). Resources Policy 37 346–357. 2012.

SANTIAGO, A. L. F. **Licença Social Para Operar Relacionamento Da Empresa Com A Comunidade Local: Critérios de Influência para a Concessão da LSO. Um Estudo de Caso da Mineração Brasileira**. 2016. 336 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração de Empresas, Centro Universitário Fei, São Paulo, 2016.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed., 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

**XV  
ENAN  
PEGE**



ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E  
PESQUISA EM GEOGRAFIA

**SILVA, Juniele Martins. As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO) / Juniele Martins Silva. - Presidente Prudente, 2015.**